



**Dossiê**

# Política Pública e Direitos Sociais no Brasil

**Organizadores**

Isaac Ferreira Cavalcante  
Bruna Karine Nelson Mesquita



# **Organizadores**

**Isaac Ferreira Cavalcante**

**Bruna Karine Nelson Mesquita**

# **Política Pública e Direitos Sociais no Brasil**



**1ª Edição**

**Jaboatão dos Guararapes - PE - Brasil**

**2021**

© 2021, Editora Peixe Azul



Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 5988 de 14/12/73. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Editoração, Diagramação e Capa: Isaac Ferreira Cavalcante

Parecer ad hoc: Comitê Editorial e Pareceristas convidadas

Revisão: Autores e Organizadores

ISBN: 978-65-994958-3-0

DOI: 10.5281/zenodo.5529213

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dossiê [livro eletrônico] : política pública e direitos sociais no Brasil / organização Isaac Ferreira Cavalcante , Bruna Karine Nelson Mesquita. -- 1. ed. -- Jaboatão dos Guararapes, PE : Editora Peixe Azul, 2021.  
PDF

Vários colaboradores.  
ISBN 978-65-994958-3-0

1. Direito constitucional 2. Direitos sociais - Brasil 3. Políticas públicas - Brasil I. Cavalcante, Isaac Ferreira. II. Mesquita, Bruna Karine Nelson.

21-75161

CDU-342.7

Índices para catálogo sistemático:

1. Direitos sociais : Direito constitucional 342.7

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Observação: Os textos contidos neste e-book são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores, incluindo ABNT, adequação técnica e linguística.

# Editora Peixe Azul

## Editor Chefe

Profº. Me. Isaac Ferreira Cavalcante

## Conselho Editorial

Drº. Adilson Tadeu Basquerote Silva  
Universidade de Lisboa, Portugal

Ma. Bruna Karine Nelson Mesquita  
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Dra. (c) Cristiane Lourenço Teixeira Meireles  
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Drº. (c) Francisco Anderson Carvalho de Lima  
Universidade Federal do Ceará (Brasil)

Me. (c) Gênesis Guimarães Soares  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia,  
Brasil

Me. Isaac Ferreira Cavalcante  
Universidade Federal do Piauí, Brasil  
Universidad Internacional de Andalucía, España

Dra. (c) Jacinta Francisco Dias  
Universidade Federal da Bahia, Brasil  
Universidade Pedagógica de Maputo,  
Moçambique

Drº. (c) Lucas Loureiro Leite  
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Doutorando: Marcelo Pereira Souza  
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Drº. (c) Pedro Panhoca da Silva  
Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil

Dra. Rosa Maria Rigo  
Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande  
do Sul, Brasil  
Universidade Aberta, Portugal

Drº. (c) Rodrigo Fernando Gallo  
Universidade Federal do ABC, Brasil

Dra. Rafaela Araújo Jordão Rigaud Peixoto  
Pontifícia Universidade Católica de Rio de  
Janeiro, Brasil  
Hampton University, Estados Unidos

Ma. (c) Vladia Luna Torres Herrera  
Universidade Federal da Bahia, Brasil  
Universidad Academia de Humanismo Cristiano,  
Chile

Me. Mailson Rodrigues Oliveira  
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Ma. (c) Katherin Yurema Mamani Contreras  
Universidad Nacional Micaela Bastidas de  
Apurímac, Perú  
Associação Latinoamericana de Ciência Política,  
ALACIP/JOVEN

Dr. Raimundo Batista dos Santos Júnior  
Universidade Estadual de Campinas -  
UNICAMP  
Universidade Federal do Piauí, Brasil

## Pareceristas convidadas

Francisca Kananda Lustosa dos Santos, Mestra (a) Políticas Públicas pela  
Universidade Federal do Piauí - UFPI

Vanessa Santos do Canto, Doutora em Teoria do Estado e Direito Constitucional  
pela Pontifícia Universidade Católica - PUC-RJ

Jacqueline Lidiane de Souza Prais, Doutora em Educação pela Universidade  
Estadual de Londrina - UEL.

## **Aos leitores**

A Editora Peixe Azul, tem a felicidade de trazer à comunidade acadêmica e ao público em geral a nossa quarta experiência de publicação de um dossiê acadêmico.

O Dossiê: Política Pública e Direitos Sociais no Brasil, que contou com a contribuição de 4 investigadoras e 5 investigadores, com formação em pós-graduação no Brasil e Espanha.

Essa publicação contribui com o nosso desejo de criar um espaço para a participação na criação, avaliação e difusão das investigações e experiências científicas.

Esta tem sido uma rica experiência que agradecemos aos integrantes de nosso Comitê Editorial, que dedicaram parte de seu precioso tempo para realizar as avaliações e observações sobre os artigos enviados para este Dossiê.

Também ficamos muito agradecidos à equipe de organizadores deste Dossiê, que gentilmente compartilhou ideias e avaliações que contribuíram na sua produção.

Por fim, esperamos que a Editora Peixe Azul possa servir para que a comunidade científica possa ter acesso às pesquisas e pesquisadores aqui publicados, e deixamos o convite para que cada leitor possa fazer parte da iniciativa.

**Editor Chefe**

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b><u>07</u></b>
<b>PERDEMOS PARA GANHAR: A QUESTÃO RACIAL NA TRAMITAÇÃO DA LEI 12.711/12</b>	<b><u>09</u></b>
Luma Doné Miranda DOI: 10.5281/zenodo.5529370	
<b>PROFESSOR ITINERANTE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ELO ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM NOVA IGUAÇU</b>	<b><u>26</u></b>
Adriana da Silva Maria Pereira DOI: 10.5281/zenodo.5529376	
<b>AVANÇOS E PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO UNIVERSITÁRIA: o uso das ferramentas multimodais facilitadoras na prática docente</b>	<b><u>44</u></b>
Amaro Sebastião de Souza Quintino Jackeline Barcelos Corrêa Joberto Pessanha da Silva Junior João Batista da Silva Santos Peterson Gonçalves Teixeira DOI: 10.5281/zenodo.5529388	
<b>ANÁLISE DO ÍNDICE DE DESEMPENHO DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO ENTRE 2005 - 2019 POR MEIO DO IDEB E SAEB</b>	<b><u>62</u></b>
Bruna Nelson Mesquita de Oliveira Isaac Ferreira Cavalcante DOI:10.5281/zenodo.5529404	



## APRESENTAÇÃO

O Dossiê: Política Pública e Direitos Sociais no Brasil, teve como objetivo disponibilizar um espaço na qual cada pesquisador pudesse enviar suas contribuições sobre esta significativa área de conhecimento, que é a de política e direitos sociais.

Para esta publicação contamos com quatro investigações na qual tivemos diferentes percepções sobre gestão pública e garantia de direitos.

O primeiro capítulo temos as contribuições da investigadora Luma Doné Miranda, com o título: **PERDEMOS PARA GANHAR: A QUESTÃO RACIAL NA TRAMITAÇÃO DA LEI 12.711/12**, nesta pesquisa o objetivo é investigar o processo de tramitação da lei nº 12.711/12 observando, em específico, os debates acerca dos critérios raciais.

Para o segundo capítulo temos as contribuições da investigadora Adriana da Silva Maria Pereira, com o título: **PROFESSOR ITINERANTE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ELO ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EM NOVA IGUAÇU**, nesta investigação o objetivo é analisar as estratégias pedagógicas utilizadas na elaboração de duas oficinas pela itinerância da educação especial, que foram implementadas em uma escola da rede municipal em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro.

No terceiro capítulo temos as contribuições de um grupo de investigadoras(es): Amaro Sebastião de Souza Quintino, Jackeline Barcelos Corrêa, Joberto Pessanha da Silva Junior, João Batista da Silva Santos, Peterson Gonçalves Teixeira, com o título: **AVANÇOS E PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO UNIVERSITÁRIA: o uso das ferramentas multimodais facilitadoras na prática docente**, nesta investigação o objetivo é pontuar as estratégias pedagógicas para a formação do aluno com necessidades especiais e apresentar uma discussão acerca do uso das tecnologias educacionais como ferramenta didática no processo educativo.

Para o quarto capítulo temos as contribuições da dupla de investigadores: Bruna Nelson Mesquita de Oliveira e Isaac Ferreira Cavalcante, com o título: **ANÁLISE DO ÍNDICE DE DESEMPENHO DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO ENTRE 2005 - 2019 POR MEIO DO IDEB E SAEB**, nesta investigação o objetivo é analisar os dados de desempenho disponibilizados pelo Sistema de Avaliação Nacional da Educação Básica (SAEB) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), tendo em vista problematizar a oferta e a garantia do direito à educação de qualidade.

Entregamos aos leitores uma leve e agradável leitura de investigações que teve como preocupação apresentar uma pequena amostra de nossa realidade



brasileira, indicando os caminhos seguidos e resultados preliminares. Acreditamos que esta publicação cumpre essa nobre tarefa de estimular e difundir a prática da escrita de pesquisas e seus pesquisadores no Brasil.

Boa leitura!

Organizadores

**AVANÇOS E PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO UNIVERSITÁRIA: o uso das ferramentas multimodais facilitadoras na prática docente**

**AVANCES Y PERSPECTIVAS DE LA INCLUSIÓN UNIVERSITARIA: el uso de herramientas multimodales que faciliten la práctica docente**

**DOI : 10.5281/zenodo.5529388**

**Amaro Sebastião de Souza Quintino**

Licenciatura em Pedagogia/Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO); Pós-graduação em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância/Universidade Federal Fluminense (UFF); Pós Graduado em Gestão Escolar Integradora com Ênfase em Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção/Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras (FACEL); Mestrando em Cognição e Linguagem/ Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; Mediador Pedagógico do CEDERJ; Área de pesquisa: Pesquisas Interdisciplinares em Comunicação, Educação e Novas Tecnologias da Informação.

E-mail: [amarotiao@yahoo.com.br](mailto:amarotiao@yahoo.com.br) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6799-4113>

**Jackeline Barcelos Corrêa**

Licenciatura em Pedagogia/Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; Pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional/ Universidade Cândido Mendes; Mestrado em Cognição e Linguagem/ Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; Doutoranda em Cognição e Linguagem/ Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; Professor da SEEDUCT. Área de pesquisa: Pesquisas Interdisciplinares em Comunicação, Educação e Novas Tecnologias da Informação. [jack.barcelos1@hotmail.com](mailto:jack.barcelos1@hotmail.com) <https://orcid.org/0000-0003-2323-9594>

**Joberto Pessanha da Silva Junior**

Graduação em História e Geografia/ Universidade Cruzeiro do Sul e em Pedagogia/ Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; Pós-graduando em Práticas Assertivas da Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Didática/ Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte e em História Geral pelo Faculdade Focus. Professor da rede pública e privada de São João da Barra-RJ, tendo experiência com história, juventude, atualidades e ciências humanas. Área de pesquisa: Educação e História.

[jjpessanha@gmail.com](mailto:jjpessanha@gmail.com) <https://orcid.org/0000-0002-2919-9338>

**João Batista da Silva Santos**

Mestrado em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF); Licenciatura em Pedagogia (UENF). Atuou como professor bolsista do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES), realizando trabalhos direcionados para o processo ensino de alunos da educação básica. Participou do projeto de extensão da UENF intitulado: A educação linguística na formação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental. Atuou como bolsista de Iniciação científica (CNPq), realizando pesquisa sobre as variedades linguísticas na Região Norte Fluminense. [joaosanto.92@gmail.com](mailto:joaosanto.92@gmail.com) <https://orcid.org/0000-0002-6493-6700>

**Peterson Gonçalves Teixeira**

Graduado em Medicina/ Faculdade de Medicina de Campos (FMC); Pós-Graduação em Medicina Intensiva e Psiquiatria/ Faculdade Redentor; Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Área de pesquisa: Pesquisas Interdisciplinares em Comunicação, Educação e Novas Tecnologias da Informação.

[petersongoncalvesteixeira@gmail.com](mailto:petersongoncalvesteixeira@gmail.com) <https://orcid.org/0000-0002-4758-1960>

## RESUMO

É fundamental que o docente tenha em sua prática profissional, aptidões para atuar com a educação inclusiva, trabalhando com seus alunos o diálogo, a fim de contribuir para um novo olhar para essa realidade educacional. O objetivo geral é pontuar as estratégias pedagógicas para a formação do aluno com necessidades especiais e apresentar uma discussão acerca do uso das tecnologias educacionais como ferramenta didática no processo educativo. A relevância deste trabalho se dá devido à importância da quebra de paradigmas e refletir no processo de Educação Inclusiva. A metodologia selecionada tratou-se de um estudo exploratório, documental e bibliográfico com base nos estudos do Gil (2002); Lima e Miotto (2007). Sendo assim, foi possível identificar a importância dos recursos facilitadores multimodais utilizados e verificou-se que trabalhar com a tecnologia em situações envolventes facilita o trabalho dos professores e do próprio aluno, e gera uma reflexão sobre o uso das novas tecnologias no processo de ensino/aprendizagem.

**Palavras-chave:** Avanços e Perspectivas, Inclusão, Ferramentas Multimodais, Prática Docente.

## RESUMEN

Es fundamental que los docentes tengan en su práctica profesional, habilidades para trabajar con la educación inclusiva, trabajando con sus alumnos en diálogo, a fin de contribuir a una nueva mirada a esta realidad educativa. El objetivo general es señalar las estrategias pedagógicas para la formación de estudiantes con necesidades especiales y presentar una discusión sobre el uso de tecnologías educativas como herramienta didáctica en el proceso educativo. La relevancia de este trabajo se debe a la importancia de romper paradigmas y reflexionar sobre el proceso de Educación Integrada. La metodología seleccionada fue un estudio exploratorio, documental y bibliográfico basado en estudios de Gil (2002); Lima y Miotto (2007). Así, se pudo identificar la importancia de los recursos facilitadores multimodales utilizados y se encontró que trabajar con la tecnología en situaciones del entorno facilita el trabajo de los docentes y del propio alumno, y genera una reflexión sobre el uso de las nuevas tecnologías en el proceso de enseñanza. / aprendizaje.

**Palabras clave:** Avances y perspectivas, inclusión, herramientas multimodales, práctica docente.

## Introdução

Os Recursos didáticos são todos os recursos físicos, utilizados com maior ou menor frequência em todas as disciplinas, áreas de estudo ou atividades, visando auxiliar o educando a realizar sua aprendizagem, facilitando, incentivando ou possibilitando o processo ensino-aprendizagem.

Constata-se uma grande busca por estratégias que incentivem em diversas maneiras ensino/aprendizagem tendo como grande aliado o avanço tecnológico, o uso das interfaces digitais, ferramentas multimodais que têm se destacado como recursos facilitadores do Ensino a Distância (EaD), já que facilitam o acesso e dinamizam as práticas virtuais pedagógicas. Mas, podemos apontar como fraquezas, as limitações quanto ao acesso, à qualidade dos serviços de *Internet* e as suas implicações para o desenvolvimento das atividades.

O objetivo desta pesquisa se dá mediante a perspectiva de contextualização dos recursos pedagógicos e reflexão da prática docente inclusiva, de forma que algumas atitudes poderão influenciar nos educandos, atribuindo maior importância de analisar as estratégias pedagógicas para a formação do aluno especial e apresentar uma discussão, acerca do uso das tecnologias educacionais como ferramenta didática no processo de ensino/aprendizagem.

Tais objetivos evidenciam a significação do trabalho pedagógico quando o conhecer, o trabalhar e o valorizar o dia a dia desses alunos, sem perder de vista a função social de tais linguagens, tornando a leitura destas uma prática necessária e também um instrumento de lazer, torna-se comum ao trabalho pedagógico.

A educação deve ter como um foco essencial de seu trabalho a práxis educativa, onde a ludicidade e psicomotricidade deverá se pautar numa intencionalidade de humanização, de orientação, de leituras dessa prática, dando condições das crianças se autotransformarem, ao mesmo tempo em que tais práticas vão se transformando e adequando-se às novas condições percebidas.

A relevância deste trabalho se dá devido à importância da quebra de paradigmas e refletir no processo de educação inclusiva, ou seja, o aluno que apresenta alguma deficiência e que, de forma direta sofrerá os impactos da inclusão sejam estes positivos ou negativos.

Conforme Lima e Miotto (2007), a pesquisa bibliográfica implica em um trabalho exploratório descritivo, que tem por objetivo a busca por soluções de um problema de um objeto de estudo e que, por isso, não pode ser uma pesquisa aleatória. Para isso, verifica-se o alcance dos estudos por meio dos resultados de uma pesquisa bibliográfica amparada nas teorias do Gil (2002).

Por fim, é necessário ter em mente que, que a motivação através dos recursos didáticos inclusivos, pode ser utilizada como uma grande ferramenta nas relações inter e intrapessoal, agindo de forma decidida e significativa nos processos de desenvolvimento psicológico, social e familiar, ajudá-la a superar eventuais dificuldades, recuperar possíveis defasagens cognitivas e auxiliá-la a ativar áreas potenciais imediatas de crescimento e desenvolvimento.

## **1. A Educação Inclusiva nas Mídias Digitais**

Vivencia-se a importância da Educação Inclusiva que se trata da aquisição de uma nova cultura, uma nova relação entre os participantes, os conteúdos, as metodologias, as tecnologias, os comportamentos e a avaliação, durante a formação pedagógica.

A ampliação dos recursos oferecidos pelas mídias digitais e do uso da *Internet* nos últimos anos impulsionam a inserção de métodos inclusivos, oportunizando mais alunos a ingressarem nas universidades. Isso acontece devido à importância que está tendo as práticas pedagógicas inclusivas de fato.

Neste contexto, Lévy (2004), nos coloca que:

Novas maneiras de pensar e de conviver estão sendo elaboradas no mundo das telecomunicações e da informática. As relações entre os homens, o trabalho, a própria inteligência depende, na verdade, da metamorfose incessante de dispositivos informacionais de todos os tipos. Escrita, leitura, visão, audição, criação, aprendizagem são capturados por uma informática cada vez mais avançada (LÉVY, 2004, p. 7).

Segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC) para atender a essas diferenças, os recursos pedagógicos e de acessibilidade colaboram para que pessoas com deficiência participem ativamente do processo escolar. Sendo assim, o Ministério da Educação elucida que os recursos podem ser considerados ajudas, apoio e também devem ser meios utilizados para alcançar um determinado objetivo; são ações, práticas educacionais ou material didático

projetado para propor a participação autônoma do aluno com necessidades especiais no seu percurso escolar (BRASIL, 2009).

É imprescindível que se busque uma melhoria da percepção de que é de suma importância para a educação trabalhar a inclusão escolar, inserindo diversas linguagens presentes no cotidiano do aluno.

Desta forma, é percebido que os avanços sociais, pedagógicos e tecnológicos, por uma sociedade inclusiva no Brasil vêm sendo mais valorizados, contando com salas de recursos, atendimentos diferenciados, ferramentas tecnológicas como computadores adaptados, sintetizadores de fala, programas e aplicativos.

Segundo Rosa (2005, p. 8) “atualmente existem várias ciências voltadas para esta integração, mas para esta etapa educacional exigem daqueles que a exercem, uma seriedade, competência e comprometimento”. É relevante que o educador se prepare para atuar, compreendendo todos os mecanismos de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais.

Goffredo (1999) acrescenta:

Frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, deve manter as suas portas abertas às pessoas com necessidades educativas especiais (GOFFREDO, 1999, p. 31).

As teorias da aprendizagem intencionam explicar o processo de aquisição de conhecimentos vivenciadas pelos indivíduos, cada uma delas mostrando um pensar e um agir diferenciado, porém todas têm a mesma essência, e se adequando ao sistema educacional. Essas teorias sofrem transformações para se enquadrar no perfil dos alunos em foco, que são as visões construtivistas e sócias interacionistas da aprendizagem (PRETTI, 2002).

No entanto, a universidade tem a função de proporcionar aos alunos uma oportunidade de conhecer o processo de educação, e orientar que o indivíduo tem sempre que utilizar seus princípios para a obtenção de resultados positivos, envolvendo a todos neste contexto.

## **2. Os avanços e perspectivas sobre prática docente e a inclusão**

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas pelos professores nos sistemas de ensino despontam hoje a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a Educação Inclusiva assume um papel de destaque acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão.

Salamanca (1994) define em sua declaração que:

(...) as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar (...) elas constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos (BRASIL, 1994, p. 8-9).

A necessidade de buscar conceitos e conhecimentos na transformação de uma realidade reflete na maneira de conduzir a prática no que resulta a práxis educativa. Entretanto, a Educação Especial que por muito tempo restringiu-se a um ensino paralelo, aos poucos vem redimensionando seu papel, atuando no atendimento direto desses alunos inseridos nas redes regulares de ensino.

De acordo com Acâmpora (2013), é importante ressaltar que alguns alunos são portadores de alguma síndrome ou transtorno e mesmo assim, apresentam desordens de aprendizagens. É importante salientar que diversos modelos de inclusão social de um público que sofreu arduamente com discriminações e preconceitos, hoje busca a garantia dos seus direitos perante a sociedade, promovendo o desenvolvimento social, valorizando suas potencialidades e peculiaridades.

Diante disso, é importante que o professor na Educação Inclusiva se envolva nos cursos de formação continuada, que lhe oportunizam possibilidades que vão ao encontro das necessidades encontradas na sua realidade frente à situação da inclusão.

Nascimento (2009), destaque:

O professor, na educação inclusiva, precisa ser preparado para lidar com as diferenças, com a singularidade e a diversidade de todas as crianças e não com um modelo de pensamento comum a todas elas... É preciso acreditar que a inclusão é uma política séria, que envolve não só o acesso à escola, mas também as condições de permanência nela do aluno com deficiência (NASCIMENTO, 2009, p. 6).

O professor na educação inclusiva tem grandes desafios e responsabilidades. É primordial que ele utilize estratégias e desenvolva atividades de ensino individualizado junto da criança com necessidades especiais, e mantenha um programa eficaz para o resto do grupo que colabore na integração social da classe.

Sem a formação necessária para responder às necessidades educativas destes alunos, não conhecendo muitas vezes a natureza dos seus problemas e as implicações que tem no seu processo educativo, os professores não lhes podem prestar o apoio adequado, daí surge a importância da capacitação para estes profissionais (CORREIA, 1999).

A Educação Inclusiva segundo Rodrigues (2003), não deve ser tratada como uma abordagem tradicional onde era sinónimo de uniformização, mas numa abordagem de atenção à diversidade e a igualdade com respeito pelas diferenças e pelas necessidades individuais, desenvolvendo as potencialidades de cada aluno através de percursos individualizados de aprendizagem, respeitando as características e o ritmo de cada um.

Segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC):

A inclusão não significa apenas que deixem de existir a segregação e o preconceito das pressões sociais negativas contra pessoas com deficiência, porém também a ruptura com a atrofia psíquica praticada pelos ditos normais (...) a partir dos parâmetros dominantes de normalidade e desempenho (BRASIL, 2010).

A inclusão requer muita reflexão e preparo do contexto escolar. O movimento inclusivo no contexto educacional é desafiador, pois exige mudanças em vários aspectos a fim de superar as barreiras para a Educação Inclusiva, conforme aponta o autor:

Em síntese, há que examinar todas as variáveis do processo educativo escolar, envolvendo as pessoas da escola (educadores, gestores, alunos, apoio administrativo); o ambiente físico (em termos de acessibilidade), os recursos financeiros e materiais (origens, quantidades, periodicidade de recebimento, manutenção de equipamentos e instalações), os graus de participação da família e da comunidade (parcerias), a filosofia de educação adotada (se tradicional ou não), o projeto político pedagógico construído pela comunidade escolar (natureza do documento, autores, destinação), a prática pedagógica (se mais centrada no ensino ou na aprendizagem), os procedimentos de avaliação (formativa, somativa, formal, informal), dentre outros aspectos (CARVALHO, 2003, p. 61).



A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais começa a ser repensada, implicando em mudanças estruturais e culturais da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

Já para Sassaki (1997) inclusão é:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida (SASSAKI, 1997, p. 41).

Os principais documentos legais, relacionados aos direitos das pessoas com necessidades especiais, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e a Declaração de Salamanca (1994) abordam algumas particularidades referentes à inclusão social e escolar desse público. Segundo determina a LDB 9.394/96:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que

apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

A legislação atual sobre Educação abrange a LDB, Portarias do Ministério de Educação; as leis estaduais entre outras que se destacam no meio educacional por suas diretrizes norteadoras. Atualmente a legislação brasileira busca metodologias para ampliar cada vez mais os horizontes e vencer barreiras. A todo instante lembra-se que a legislação sempre estabeleceu mecanismos para garantir a legitimidade e autenticidade da avaliação, preocupação constante dos legisladores.

Num caminhar rumo à aprendizagem significativa, percebe-se que educar é manter a consciência através do desenvolvimento de instrumentos que garantam a curiosidade, a reflexão, a cooperação, a solidariedade, a ética e a estética. Por isso verifica-se a importância de se aplicar todos os conhecimentos adquiridos na teoria para que não a prática seja eficaz (RIBEIRO, 2003).

Sendo assim, a inclusão escolar deve ser considerada como um todo complexo e contínuo entrecruzado por vários componentes do sistema escolar, do sistema educacional e do sistema social e político. A inclusão escolar pressupõe uma intervenção planejada no desenvolvimento do sistema educacional, uma intervenção que se oponha às tendências de segregação conforme observadas no sistema "natural", buscando-se, assim, preservar o caráter particular do sistema "humano".

### **3. O uso das ferramentas multimodais facilitadoras inclusivas**

A transformação digital mediante ao uso das ferramentas multimodais, possibilitam avanços, mas, ao mesmo tempo, exige mudanças que o ser humano precisa estar disposto para se adaptar aos novos desafios em diversos setores da sociedade, inclusive, no setor educacional.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) apresentam, também, impactos importantes na Inclusão Digital, na busca da correção das desigualdades através da possibilidade de acesso no âmbito escolar, como afirma Alonso (2008):

Para que ocorra a inserção efetiva das tecnologias na inclusão escolar é fundamental que o professor aprimore seus conhecimentos em tecnologias educacionais e usá-la de forma eficaz como ferramenta pedagógica é essencial que a “inclusão digital” inicie pelo professor. (ALONSO, 2008, p. 2).

O termo “multimodalidade” passou a ser adotado em diversos estudos, com a intenção de facilitar as aprendizagens educacionais, pois ela abrange a escrita, a fala e a imagem e outras ferramentas que propicia diversos recursos de construção de novos sentidos, conforme abordado por (LEEUEWEN, 2011).

Neste contexto, González (2002, p. 5) enfatiza-se a hipótese de trabalhar com esta condição: “A Educação Inclusiva como cultura escolar diferenciada e que exige novos procedimentos para o acompanhamento e a avaliação da aprendizagem”

A multimodalidade tem ocupando cada vez mais espaço e facilitando a vida das pessoas, trazendo a tecnologia em favor do homem, auxiliando na comunicação entre pessoas e as diferentes coletividades. Por isso há a necessidade de professores e alunos se adequarem aos novos tempos.

É bem sabido percebido que nos dias atuais os avanços sociais, pedagógicos e tecnológicos, por uma sociedade inclusiva no Brasil, vêm sendo mais valorizada, contando com salas de recursos, atendimentos diferenciados, métodos tecnológicos como computadores adaptados, sintetizadores de fala, programas e aplicativos, dentre outros diversos modelos tecnológicos e inclusão social de um público que sofreu arduamente com discriminações e preconceitos e hoje busca a garantia dos seus direitos perante a sociedade, promovendo o desenvolvimento social, integrando todos os alunos inclusivos.

Nesta concepção, os professores devem ter prioridade quanto ao acesso às ferramentas e recursos tecnológicos inclusivos, para que possam aderir novas propostas metodológicas, a partir de práticas inovadoras que possam atender as diversas deficiências. Para isso é preciso estar aberto a novas aprendizagens. Como coloca Freire (1996, p. 12) o professor enquanto ensina também aprende, pois “ensinar inexiste sem aprender”, é um caminho de mão dupla.

Para reforçar a lógica inclusão digital na escola, especialmente oferecendo aos professores estas possibilidades, Teixeira (2010, p. 40) coloca que é preciso “que ocorra a reflexão sobre a importância das ferramentas virtuais como possibilidades didáticas de trabalho em sala de aula, principalmente quando se trata de educação inclusiva”.

Vive-se atualmente uma sociedade marcada pelos avanços tecnológicos, em que a comunicação e a informação acontecem de forma mais rápida e convencional. O próprio conhecimento torna-se de fácil acesso por todos. No entanto, mesmo com o avanço tecnológico percebemos que muitos ainda não estão preparados para essa realidade inclusiva. (UNESCO, 1994).

Desta forma também se faz necessária uma mudança de paradigma dos sistemas educacionais onde se centra mais no aprendiz, levando em conta suas potencialidades e não apenas as disciplinas e resultados quantitativos, favorecendo uma pequena parcela dos alunos, priorizando o que se deve aprender, de forma que o desenvolvimento se dará pela gama de experiências e existirão sempre etapas a serem vencidas. Em seguida, o presente trabalho apresenta algumas ferramentas inclusivas, e os seus usos são de acordo com cada especificidade para alcançar as aprendizagens.

## **1- Reglete**

A reglete, segundo o manual de escrita da reglete (TECE, 2014), é um instrumento utilizado para escrita manual do Braille. A palavra reglete tem origem na palavra francesa règle que significa régua. Este instrumento é composto por uma régua-guia, uma parte inferior e superior onde a folha é colocada entre elas, para se realizar a escrita em Braille é preciso pressionar um acessório chamado punção nas lacunas da reglete. A reglete existe em diferentes modelos: de bolso (menor, com poucas linhas e sem prancha); reglete de mesa (que vem com uma prancha para apoio) e a reglete de página inteira, cujas linhas compreendem todo o espaço de uma folha A4.

## **2- Soroban**

O soroban foi um instrumento que a humanidade inventou no momento em que precisou efetuar cálculos mais complexos quando ainda não dispunha do cálculo escrito por meio dos algarismos indo-arábicos. Esboçado inicialmente a partir de sulcos na areia preenchidos por pedras furadas e dispostas em hastes de metal ou madeira, nas quais podiam correr livremente ao longo dessas hastes conforme a realização do cálculo (FERNANDES, 2006).

## **3- Grade para escrita cursiva - Pauta**

Sua função é auxiliar a escrita dos educandos, ela tem um formato de linha para que a escrita possa dar sequência em linha. São pautas horizontais confeccionadas com caixa de papelão, radiografias, emborrachado e outros materiais que facilitam a escrita dos deficientes visuais.

## **4- Jogos Educativos e Mapas**

Os jogos educativos, mapas políticos, hidrográficos e outros, podem ser representados em relevo ou, no caso do primeiro, por justaposição das partes (encaixe). Mapas em relevo podem ser confeccionados com linha, barbante, cola, cartolina e outros materiais de diferentes texturas. A riqueza de detalhes num mapa pode dificultar a percepção de detalhes significativos.

## **5- Avanços Tecnológicos – Informática Adaptada**

O grande avanço tecnológico verificado nos últimos anos vem proporcionando, também à educação especial, recursos valiosos para o processo ensino-aprendizagem, inclusive com a utilização de equipamentos de informática. Entre esses recursos podem ser destacados:

### **5.1 Impressora Braille**

Existem hoje, no mercado mundial, diferentes tipos de impressoras Braille, seja para uso individual (pequeno porte) ou para produção em larga escala

(médio e grande porte). Essas impressoras, geralmente, podem imprimir Braille interpontado ou não em seis ou oito pontos, bem como produzir desenhos. Algumas impressoras Braille podem utilizar folha solta, mas a maioria funciona com formulário contínuo.

## 5.2 Thermorfor

O Thermorfor é um duplicador de materiais, empregando calor e vácuo, para produzir relevo em película de PVC, esta ferramenta é de suma importância de materiais inclusivos.

## 5.3 Máquina Fusora

A Máquina Fusora é a que possibilita a criação de mapas táteis, diagramas, textos e gráficos. Ela transforma imagens impressas ou desenhadas com caneta preta, em relevos. Permite a produção de diagramas em relevos táteis a partir de documentos impressos por impressora a *laser*, de uma fotocópia ou de desenhos feitos por uma caneta preta. É uma ferramenta importante para ensinar, mapas e desenhos gráficos.

## 5.4 DOSVOX

O DOSVOX é um sistema operacional desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui um conjunto de ferramentas e aplicativos próprios além de agenda, *chat* e jogos interativos. Pode ser obtido gratuitamente por meio de “*download*” a partir do *site* do projeto

## 6.5 JAWS

*Jaws* é um software do tipo leitor de tela que fornece assistência para que pessoas com deficiência visual possam utilizar melhor o computador. Foi fabricado e é atualizado constantemente pela empresa Norte Americana *Henter-Joyce*, pertencente ao grupo *Freedom Scientific*. Vale ressaltar que talvez em nenhuma outra forma de educação os recursos didáticos assumam tanta importância como na educação especial de pessoas deficientes visuais.

O docente precisa usufruir dos recursos didáticos para proporcionar aos universitários os seguintes fatores: melhorias de sua capacidade; aprimorar a experiência do educando; visar às técnicas de emprego; oportunidade dos equipamentos serem apresentados e um uso limitado, para não resultar em desinteresse. Antunes (2000), afirma que:

(...) a criatividade do professor somada à sua convicção de que a aprendizagem é possível para todos os alunos e que ninguém pode estabelecer os limites do outro, certamente contribuirão para remover os obstáculos que muitos alunos têm enfrentado no seu processo ensino aprendizagem (ANTUNES, 2000, p. 9).

Por ser tão importante essa integração, se faz necessário este contato direto com uma diversidade de materiais, experimentações e situações de aprendizagens, buscando proporcionar aos educandos diversos momentos de descoberta e prazer em aprender.

## **7 Considerações Finais**

O uso de tecnologias educacionais se relaciona com o nível de qualidade de ensino que o docente pretende proporcionar aos seus discentes. Na universidade os professores devem proporcionar aos seus alunos o acesso e a imersão às novas tecnologias. Elas devem oferecer aplicabilidades pedagógicas inovadoras que podem contribuir para resultados diferenciados e facilitar a vida dos alunos portadores de necessidades especiais.

O objetivo desta pesquisa foi alcançado, pois foram enumeradas as diferentes ferramentas educativas e apresentadas diversas teorias e documentos que versam sobre a educação inclusiva.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas pelos professores nos sistemas de ensino, despontam hoje a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume um papel de destaque acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão.

A partir do reflexo positivo das experiências da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) em instituições ou classes com alunos da Educação Especial, percebeu-se o quanto a tecnologia pode ser útil, abrangendo desde as possibilidades de imersão dos alunos nas suas relações sociais à aprendizagem significativa.

Percebe-se que o tema da inclusão tem sido abordado nas universidades e que para trabalhar neste universo requer mais conhecimentos e competências, para lidar com as diferentes especificidades que carecem de comprometimento e empatia por parte de toda a comunidade universitária.



## Referências Bibliográficas

ACÂMPORA, B. **PSICOPEDAGOGIA CLÍNICA: o despertar de potencialidades**. 2ª Ed. Walk Editora: Rio de Janeiro, 2013.

ALONSO, K. M. **Tecnologias da informação e comunicação e formação de professores: sobre rede e escolas**. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302008000300006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302008000300006&script=sci_arttext)  
Acesso em 21 fev. 2021.

ANTUNES, C. O jogo e o brinquedo na escola. *In*: SANTOS, S.M.P. **Brinquedoteca a criança, o adulto e o lúdico**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ações sobre necessidades Educacionais Especiais**. CORDE: Brasília, 1994.

BRASIL, Lei 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. V.134, nº 248, p.27833-41, 23 dez. 1996. Seção 1.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Evolução da Educação Especial no Brasil**. Dados do Censo Escolar 2006 (MEC/INEP). Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dadosed.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2021.  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) Acesso em: 01 mar. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares**. Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 2009/ 2010.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. Educação inclusiva. 3º ed. Mediação: Porto Alegre, 2003.

CORREIA, L. de M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. (Coleção Educação Especial, 1). Porto Codex, Porto Editora: Portugal, 1999.

FERNANDES, C. T. *et al.* **A construção do conceito de número é o pré-soroban**. MEC. Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/pre\\_soroban.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/pre_soroban.pdf). Acesso em 28 fev. 2021.

FREIRE, P. **PEDAGOGIA DA AUTONOMIA: saberes necessários à prática educativa**. Paz e Terra: São Paulo, 1996.

GARDNER, H. **INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS: a teoria na prática**. Tradução de M. A. V. VERONESE. ArtMed: Porto Alegre, 1995.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

GOFFREDO, V. L. F. S. Educação: Direito de Todos os Brasileiros. *In: Salto para o futuro: Educação Especial: Tendências atuais/* Secretaria de Educação a Distância. Ministério da Educação, SEED: Brasília 1999.

GONZÁLEZ, J. A. T. **Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas.** trad. R. E. ARTMED: Porto Alegre, 2002.

KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação.** 2. ed.: Papirus: São Paulo, 2007.

LEEuwEN, T. V. **Multimodal Discourse: The modes and media of contemporary communication.** New York: Oxford Press, 2001. [https://www.academia.edu/2378330/Multimodal\\_Discourse\\_Analysis\\_Media\\_modes\\_and\\_technologies](https://www.academia.edu/2378330/Multimodal_Discourse_Analysis_Media_modes_and_technologies). Acesso em: 10 jun. 2021.

LÉVY, P. **As Tecnologias da Inteligência: O Futuro do Pensamento na Era da Informática.** 2002. Ed. 34: São Paulo, 2004.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *In: Rev. katálysis*, Florianópolis, v. 10, n. spe, p. 37-45, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141449802007000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802007000300004&lng=pt&nrm=iso) Acesso em: 24 de Jun. de 2021.

NASCIMENTO, R. P. **Preparando professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.** 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2496-8.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

PRETTI, O. **Bases Epistemológicas e Teorias em Construção na Educação a Distância.** 2002. Disponível em: [http://www.uab.ufmt.br/uab/images/artigos\\_site\\_uab/bases\\_epistemologicas.pdf](http://www.uab.ufmt.br/uab/images/artigos_site_uab/bases_epistemologicas.pdf). Acesso em: 01 mar. 2021.

RIBEIRO, M. L. S. BAUMEL, R.C. , R. de (orgs.). **Educação Especial: Do Querer ao Fazer.** Editora Avercamp: São Paulo, 2003.

RODRIGUES, D. (org.). **Inclusão e Educação: Doze Olhares Sobre Educação.** Editora Summus: São Paulo, 2006.

ROSA, S. P. S. **Fundamentos teóricos e metodológicos da inclusão.** IESD: Curitiba 2005.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 3. ed. WVA: Rio de Janeiro, 1997.

SCOTTO, A. **A inclusão escolar na rede de ensino estadual.** Disponível em: [http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ent\\_a.php?t=004](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ent_a.php?t=004) Acesso em: 28 fev. 2021.

SORRANTO, M. L. *et al.* **A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR: Recursos Pedagógicos Acessíveis e comunicação Aumentativa e Alternativa**, Coleção v.6. Fortaleza: Ceará, 2010.

TECE. **Tecnologia e Sistema Educacional . Manual de uso de Regletes. do sonho a estratégia: um caminho coletivo**. Rio Claro. 20014. Disponível em <[http://www.tece.com.br/painel/uploads/Manual%20de%20uso%20de%20produtos\\_regletes%20communicare%20alpha%20e%20alfabeto.pdf](http://www.tece.com.br/painel/uploads/Manual%20de%20uso%20de%20produtos_regletes%20communicare%20alpha%20e%20alfabeto.pdf)>. Acesso em 21 jun. 2021.

TEIXEIRA, A. C. **Inclusão Digital: Novas perspectivas para a informática educativa** Ed. UNIJUI: Rio Grande do Sul, 2010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. CORDE: Brasília: 1994.



**Dossiê**

# Política Pública e Direitos Sociais no Brasil

**Organizadores**

Isaac Ferreira Cavalcante  
Bruna Karine Nelson Mesquita

